

COMÉRCIO EXTERNO

Alckmin anuncia regulamentação de salvaguardas

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O governo federal editará um decreto para regulamentar salvaguardas – instrumentos de proteção a produtores nacionais – em acordos comerciais firmados pelo Brasil, anunciou nesta quinta-feira o presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

A declaração foi feita em Caxias do Sul (RS), durante a abertura da 35ª Festa Nacional da Uva e Feira Agroindustrial.

Segundo Alckmin, a medida vai estabelecer regras claras para aplicação de mecanismos de proteção à produção brasileira em casos de aumento repentino de importações que causem prejuízos a setores da indústria e do agronegócio. O decreto deverá abranger tanto acordos já vigentes quanto futuros compromissos comerciais.

“O presidente Lula vai regulamentar a salvaguarda por decreto. Se houver aumento grande de importação, a medida pode ser acionada imediatamente”, afirmou.

SALVAGUARDAS

Salvaguardas são mecanismos previstos em acordos comerciais que permitem a um país reagir a surtos de importação decorrentes da redução de tarifas negociadas. Caso fique comprovado dano grave à produção nacional, o governo pode:

- Estabelecer cotas de importação;
- Suspender a redução tarifária prevista no acordo;
- Restabelecer o nível de imposto anterior à vigência do tratado.

O decreto deverá definir prazos, procedimentos de investigação e condições para aplicação das medidas.

Expansão dos acordos

A regulamentação ocorre em meio à ampliação da rede de acordos do Mercosul. Desde 2023, o bloco concluiu negocia-

ções com Singapura, com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e, mais recentemente, com a União Europeia.

Com os novos tratados, a parcela da corrente de comércio brasileira coberta por preferências tarifárias passou de 12% para 31,2%, mais que dobrando o alcance dos acordos.

Em um cenário anterior, as salvaguardas podiam ser aplicadas com base em regras multilaterais gerais. Com a ampliação dos compromissos preferenciais, o governo avalia que é necessário criar disciplina específica para dar previsibilidade e segurança jurídica ao uso do instrumento.

ACORDO MERCOSUL-UE

Durante visita à Festa da Uva, tradicional evento do setor vitivinícola gaúcho, Alckmin também comentou o cronograma de desgravação tarifária (redução mútua de tarifas) previsto no acordo entre Mercosul e União Europeia.

Segundo ele, a redução das tarifas ocorrerá de forma gradual para permitir adaptação dos produtores nacionais. No caso do vinho, o prazo será de oito anos; para espumantes, 12 anos.

SETOR DE VINHOS

Além do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, o setor de vinhos, afirmou Alckmin, se beneficiará nos próximos anos com a reforma tributária.

Segundo Alckmin, a recente reforma dos tributos sobre o consumo deve reduzir em cerca de 7% a carga de impostos sobre vinhos nacionais, medida vista como forma de fortalecer a competitividade do setor.

Antes da abertura da festa, Alckmin se reuniu com representantes do setor produtivo da Serra Gaúcha. Na pauta, além do acordo com a União Europeia, estiveram temas como reforma tributária, tarifas internacionais e linhas de crédito para renovação de frota de caminhões.

dos recursos captados foi destinada para investimentos em infraestrutura (41,4%), segundo a Anbima. O prazo médio dos papéis alcançou 7,3 anos.

Já as notas comerciais chegaram ao volume recorde de R\$ 6,4 bilhões em janeiro, um salto de 329% ante o mesmo mês do ano passado.

Narenda variável, duas operações de ofertas de companhias já listadas (follow-on) totalizaram R\$ 7,9 bilhões no mês passado. Em janeiro de 2025, não houve ofertas de ações.

Ainda entre os instrumentos de securitização, os CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) somaram R\$ 3,2 bilhões, queda anual de 21,3%, e os CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), ficaram em R\$ 908 milhões, baixa da 60,1%, ambos na comparação com janeiro de 2025.

IBC-Br

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

Atividade econômica brasileira apresentou crescimento em 2025, de acordo com informações divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 2,5% no ano passado em relação ao período anterior.

As altas foram de 13,1% na agropecuária, 1,5% na indústria e 2,1% em serviços. O IBC-Br excluindo a agropecuária subiu 1,8% no ano.

Já em dezembro de 2025, o IBC-Br recuou 0,2% em relação a novembro, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período). Na comparação com dezembro de 2024, houve alta de 3,1%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais.

No trimestre encerrado em dezembro ante o trimestre terminado em setembro de 2025, o índice apresentou alta de 0,4%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume

CALOTE

Tesouro paga R\$ 257,7 mi em dívidas de estados e municípios em janeiro

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A União pagou R\$ 257,73 milhões em dívidas atrasadas de estados e municípios em janeiro deste ano, segundo o Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional. Em 2025, o valor chegou a R\$ 11,08 bilhões de dívidas de entes federados honradas pela União.

Do total pago no mês passado, R\$ 84,32 milhões são débitos não quitados pelo estado do Rio Grande do Norte; R\$ 82,34 milhões do Rio de Janeiro; R\$ 70,55 milhões do Rio Grande do Sul; R\$ 19,55 milhões do Amapá; R\$ 783,64 mil do município de Guanambi (BA); R\$ 112,07 mil de Paranã (TO); e R\$ 72,02 mil de Santanópolis (BA).

Desde 2016, a União pagou R\$ 86,78 bilhões em dívidas garantidas. Além do relatório mensal, o Tesouro Nacional disponibiliza os dados no Painel de Garantias Honradas.

As garantias representam os ativos oferecidos pela União – representada pelo Tesouro Nacional – para cobrir eventuais calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras,

de impostos. Ele ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 15% ao ano.

INFLAÇÃO

A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação, que é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida; e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Em janeiro, a alta dos preços da conta de luz e da gasolina fizeram a inflação oficial do mês fechar em 0,33%, mesmo patamar de dezembro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o

resultado fez o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumular alta de 4,44% em 2025, dentro do intervalo de tolerância da meta.

O recuo da inflação para a meta e esses indicadores, como o IBC-Br, que mostram a moderação no crescimento interno, levaram à manutenção da Selic pela quinta vez seguida, na última reunião do Copom, no fim de janeiro.

Em ata, o Copom confirmou que começará a reduzir os juros na próxima reunião, em março, mas não indicou a magnitude do corte e esclareceu que os juros continuarão em níveis restritivos.

Segundo a autarquia, a atividade econômica doméstica manteve trajetória de moderação no crescimento, operando acima do seu potencial de expansão sem pressionar a inflação. Ainda assim, a manutenção dos juros em níveis restritivos se deve à resiliência de alguns fatores que pressionam preços “tanto correntes quanto esperados”, em especial do dinamismo ainda observado no mercado de trabalho.

A Selic está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Após

chegar a 10,5% ao ano em maio de 2024, a taxa começou a ser elevada novamente em setembro daquele ano. A Selic chegou a 15% ao ano na reunião de junho de 2025, sendo mantida nesse nível desde então.

PIB

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB), que é o indicador oficial da economia brasileira divulgado pelo IBGE. Segundo o BC, o índice “contribui para a elaboração de estratégia da política monetária” do país, mas “não é exatamente uma prévia do PIB.”

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país. Puxada pelas expansões da indústria e da agropecuária, no terceiro trimestre de 2025, a economia brasileira cresceu 0,1%, o que é considerado pelo IBGE como estabilidade. A divulgação do PIB consolidado de 2025 está agendada para 3 de março.

Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%.

ANBIMA

Empresas captam R\$ 59,9 bi em janeiro, maior para o mês

ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

As empresas captaram R\$ 59,9 bilhões em janeiro, crescimento de 30,5% na comparação com o mesmo mês de 2025, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Puxada pela renda fixa, o volume foi o maior para o mês da série histórica, iniciada em 2012.

O destaque no mercado doméstico ficou com os fundos de recebíveis (FIDC), que levantaram R\$ 7 bilhões no primeiro mês de 2026, volume inédito para o período. O montante é quase o dobro - alta de 98,6% - do registrado no mesmo período de 2025, ressalta a Anbima.

As debêntures somaram captações de R\$ 26,9 bilhões, 5,8% abaixo do patamar de janeiro de 2025. A maior parte

Nota

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS CRESCE 9,2% EM JANEIRO

O número de veículos financiados no Brasil cresceu em janeiro, atingindo a marca de 616 mil unidades comercializadas, entre automóveis leves, motos e veículos pesados. Os dados são do levantamento da Trillia, nova linha de negócios de dados da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. Foi o maior volume registrado para um mês de janeiro desde 2008 e representou alta de 9,2%

na comparação com o mesmo período de 2025. Entre o total de veículos financiados, o destaque ficou para os seminovos, que tiveram crescimento de 8,8% no período, somando 412 mil unidades. Já os modelos novos somaram 204 mil financiamentos, valor 10,1% superior a janeiro de 2025. Considerando-se apenas o financiamento de automóveis leves, o crescimento foi de 8,7% em janeiro, na comparação com o mesmo período do ano passado. As vendas financiadas de motos subiram 21,9%. No entanto, houve queda em relação aos veículos pesados.

INVESTIMENTOS

Azul fecha acordo de US\$ 200 milhões com aéreas dos EUA

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

A empresa Azul Linhas Aéreas anunciou que fechou acordos de investimentos com as companhias aéreas estadunidenses American Airlines e United Airlines. Segundo comunicado divulgado na quarta-feira passada, as duas companhias se comprometeram a fazer investimentos de US\$ 100 milhões cada uma.

O aporte irá apoiar a capitalização da Azul na saída do processo de recuperação judicial da Azul nos Estados Unidos, chamado Chapter 11.

O acordo permite que, supervisionada por um tribunal norte-americano, a empresa inicie uma reestruturação financeira en-

quanto mantém suas atividades.

“Nos termos dos respectivos EIAs (do inglês aditamentos aos acordos de investimento) e de seus respectivos termos e condições, a American e a United se comprometeram individualmente a realizar investimentos em equity que apoiarão a capitalização da Azul na saída do Chapter 11 e estão integrados ao plano de reorganização da companhia aprovado pela United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York”, diz o comunicado da empresa.

De acordo com o comunicado, o aporte feito pela United vai ser realizado no contexto da oferta pública de ações, que foi divulgada ao mercado em 3 de fevereiro deste ano e que terá li-

quidação prevista para 20 de janeiro de 2026.

Já sobre o investimento feito pela American Airlines, a expectativa é que ele seja realizado mediante a emissão de bônus de subscrição, “nos termos e condições previstos em um contrato de subscrição de warrants”. Os warrants são títulos de garantia que permitem ao detentor comprar ou vender um ativo.

Além disso, a companhia aérea informou ter celebrado um Acordo de Investimento Adicional com “determinados credores existentes”, assegurando mais US\$ 100 milhões dentro da mesma oferta pública.

REESTRUTURAÇÃO

A Azul entrou com o pedido

de recuperação judicial em 28 de maio de 2026 e o plano foi aprovado em dezembro por um tribunal dos Estados Unidos.

Segundo a companhia, o Chapter 11, como é chamado esse processo de reorganização financeira supervisionado pela Corte nos Estados Unidos, permite a reestruturação do passivo da empresa, mas mantendo a operação em curso.

“A Azul utilizará essa estrutura jurídica consolidada para eliminar mais de US\$ 2 bilhões de dívidas financeiras, readequar contratos de leasing e otimizar sua frota, com o objetivo de emergir com maior flexibilidade e sustentabilidade operacional e financeira”, disse a empresa, na época.

FMI anuncia apoio a arrocho contra povo trabalhador argentino

DIVULGAÇÃO



PATRICIA LARA/AE

O Fundo Monetário Internacional manifestou apoio à reforma trabalhista na Argentina e defendeu a transparência dos sistemas estatísticos do país, ressaltando que o fundo está profundamente comprometido com as autoridades em seus esforços para continuar salvaguardando a qualidade e precisão dos dados. "Em nossas discussões com as autoridades argentinas, concordamos que ter dados oportunos, confiáveis, de alta qualidade e imparciais é essencial para a formulação de políticas sólidas e para a confiança pública", salientou a porta-voz do FMI, Julie Ko-

zack (foto), em coletiva ontem, em Washington.

O organismo internacional também endossou o projeto de lei de reforma trabalhista em debate no Congresso, afirmando que ele visa "reduzir a informalidade e, muito importante, sustentar a criação de empregos".

O Fundo Monetário Internacional afirmou ontem que a acumulação contínua de reservas pela Argentina é essencial para garantir o acesso duradouro aos mercados de crédito privados, disse. Comentários ocorrem após o banco central ter comprado mais de US\$ 2 bilhões em moeda estrangeira desde o início de 2026, segundo a Reuters.

ANEEL

Editais do 1º leilão de transmissão de 2026 será votado na terça-feira

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem, que na próxima terça-feira, será votado o edital do primeiro leilão de transmissão previsto para este ano, após consolidação de análise técnica do Tribunal de Contas da

União (TCU). O certame, previsto para 27 de março, tem previsão de R\$ 3,31 bilhões em investimentos.

Segundo as informações divulgadas na fase preliminar, serão cinco lotes leiloados para a construção e manutenção de 661 quilômetros em linhas de transmissão e de 2.400 mega-

volt-ampères (MVA) em capacidade de transformação, além de cinco compensações síncronas (equipamentos que ajudam no controle de tensão).

O efeito prático poderá ser percebido com a diminuição dos cortes de geração de energia nas subestações que vão receber esses equipamentos.

Após a assinatura do contrato, as empresas vencedoras terão entre 42 e 60 meses para a conclusão das obras.

Serão 12 Estados beneficiados: Bahia, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Nota

DIEESE: 94% DOS REAJUSTES SALARIAIS FICAM ACIMA DA INFLAÇÃO EM JANEIRO

A variação real média dos reajustes salariais de janeiro foi de 2,12%, com 94% dos reajustes alcançando ganhos acima da inflação apurada de 4,3%, calcula o Dieese, mencionando informações de 364 acordos e convenções coletivas registradas no medidor do Ministério do Trabalho e Emprego até 2 de fevereiro. Tratam-se dos melhores resultados para uma data-base nos últimos 12 meses. Resultados iguais à inflação foram observados em 4,1% dos casos e apenas 1,9% tiveram perdas nas negociações da data-base. Utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como índice de inflação de referência para a análise dos reajustes, que acumulou alta de 4,3% em 12 meses até janeiro. A variação real média dos reajustes manteve, assim, tendência de alta observada desde setembro de 2025.

CORTE DE TAXA

Diretor do Fed reduz estimativas sobre juros

O diretor do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) Stephen Miran reduziu suas expectativas sobre o quanto o BC dos Estados Unidos deve cortar as taxas de juros este ano, dizendo que os dados recentes refletem uma economia mais forte do que ele esperava. Os últimos números sugerem que o emprego se manteve melhor do que Miran antecipava, enquanto a inflação de bens pareceu mais teimosa, disse ele em uma entrevista ao The Peg, um blog do Substack administrado pela jornalista Izabella Kaminska. Como resultado, Miran afirmou que não acredita mais que o banco central deva planejar cortar juros tanto este ano quanto pensava há dois meses.

"O mercado de trabalho veio um pouco melhor do que eu esperava nos últimos meses", comentou na entrevista. "Há alguns sinais de ainda mais firmeza na inflação de bens. E então essas duas coisas combinadas me fariam desfazer o que fiz em dezembro".

No gráfico de pontos trimestral do Fed no fim do ano, Miran havia projetado que as taxas caíssem para abaixo de 2,25% até o final de 2026; agora ele prefere retornar à posição menos agressiva que manteve em setembro, o que colocaria as taxas abaixo de 2,75% em dezembro deste ano.

A nova posição, que implica um corte total de um ponto porcentual, ainda o deixa entre os oficiais mais dovish do Fed, contrastando fortemente com a projeção mediana dos oficiais de que o BC deve cortar as taxas em apenas um quarto de ponto este ano.

CASO MASTER

Corregedor manda cinco tribunais explicarem depósitos bilionários no BRB

FELIPE DE PAULA E FAUSTO MACEDO/AE

O ministro Mauro Campbell, corregedor nacional de Justiça, intimou cinco tribunais de Justiça a explicarem, no prazo de 15 dias, depósitos que podem chegar a R\$ 30 bilhões no Banco Regional de Brasília (BRB), alvo de investigação da Polícia Federal por tentativa de compra de operações do Banco Master em 2025, incluindo carteiras de crédito falsas.

A PF abriu inquérito para apurar se houve gestão temerária no BRB. Uma auditoria da própria instituição encontrou indícios de irregularidades da administração.

"Prestem as informações que entenderem pertinentes", ordenou Campbell em ofício enviado aos tribunais do Maranhão, Bahia, Paraíba, Alagoas e do DF. O dinheiro aportado no BRB é oriundo de depósitos judiciais e estava estocado no Banco do Brasil.

A decisão do ministro acolhe Pedido de Providências levado à Corregedoria pelo advogado Alex Ferreira Borralho, que atua em São Luís e, inicialmente, questionou a transferência de R\$ 2,8 bilhões do TJ do Maranhão para o BRB.

O corregedor nacional quer saber detalhes das tratativas, quem propôs o negócio, seus operadores, o que motivou a medida e garantias. A denúncia que ele recebeu, de autoria de Alex Borralho, sustenta a ocorrência de 'movimentações atípicas' relacionadas à gestão dos depósitos judiciais mantidos junto ao BRB.

Em nota, divulgada quando as operações com os tribunais tornaram-se públicas, o BRB informou que 'está equivocada a associação entre a gestão de depósitos judiciais e um suposto 'rombo' estimado em R\$ 30 bilhões nos cofres

públicos'.

O TJ de Alagoas informou que 'permanece vigilante e continuará acompanhando os desdobramentos da situação' envolvendo o BRB. Os tribunais da Paraíba e Bahia informaram que 'mantêm acompanhamento institucional contínuo' da 'capacidade técnica e econômico-financeira' do Banco de Brasília. (Leia abaixo a íntegra da manifestação de todos os tribunais).

O aporte do TJ maranhense foi confirmado pessoalmente pelo próprio presidente da Corte, desembargador José Ribamar Froz Sobrinho, durante reunião do Órgão Especial em 28 de janeiro. Diante de seus pares, ele 'assumiu o risco' da transação.

O encontro foi marcado por um clima ríspido, sob forte tensão. A medida isolada de Froz Sobrinho irritou seus colegas.

"Eu quero dar ciência a vossas excelências que em caráter estritamente preventivo, foi providenciada a instalação do processo administrativo, destinado ao monitoramento contínuo da capacidade técnico-financeira e operacional do Banco de Brasília, instituição com o qual o Tribunal de Justiça mantém contrato de prestação de serviços financeiros desde agosto de 2025, abrangendo, entre outros, a administração dos depósitos judiciais", comunicou o desembargador na reunião.

'O RISCO É MEU'

Alvo de críticas dos magistrados pela aplicação, ele foi categórico. "Foi uma opção minha, minha, a responsabilidade é do gestor, sim.

Até contra pergunto, onde vossas excelências remuneraram as vossas contas? Onde paga mais ou onde paga menos? Então, é uma gestão. Todo dinheiro que é gerido, qualquer fundo, é um risco. A

gestão de dinheiro é um risco. É um risco do gestor. O risco é meu, foi meu."

Froz Sobrinho assumiu a operação. "Eu que vou prestar conta com o Tribunal de Contas, com o CNJ, se for o caso, se for pedido. Mas o risco foi meu, para que essa conta fosse bem remunerada", disse a desembargadores que compõem o Órgão Especial.

Segundo Froz Sobrinho, a transferência ao BRB garantiu um rendimento mensal de R\$ 15 milhões, valor cinco vezes superior aos cerca de R\$ 3 milhões pagos pelo Banco do Brasil, de onde os recursos foram retirados.

"Excelências, eu tenho conversado desde o começo com os colegas que dividem comigo essa migração dessas contas de depósito judicial, com Paraíba, Bahia, Distrito Federal", disse o magistrado.

'DECISÃO GRAVÍSSIMA'

Durante a reunião, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão foi pressionado pelo desembargador Paulo Velten, ex-presidente da Corte, que se mostrou contrário à aplicação dos recursos no BRB.

"Essa decisão foi exclusiva de Vossa Excelência. Uma decisão gravíssima", avaliou Velten.

"Não, não é gravíssima, não", retrucou Froz Sobrinho.

"E agora nós vamos dividir a responsabilidade", alertou Velten.

"Não, não, não, não foi isso. Vossa Excelência, pode voltar aí o que eu falei. Convido Vossa Excelência a participar, eu estou convidando, não estou convocando.

Estou convidando Vossa Excelência a participar, é um convite", disse o presidente do TJ sobre a próxima reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, que deve discutir as transferências das Cortes estaduais para o BRB.

MÉRITO EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 58.022.153/0001-10

Editais de Convocação de AGO/AGE: Ficam convocados os acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará na sua sede social à Avenida Nelson Cardoso nº 905 - sala 317 - Jacarepaguá/RJ, às 11:00hs do dia 28/02/2026, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Ordinariamente - a) eleição da Diretoria. II) Extraordinariamente - a) ratificação dos atos da Diretoria e das alienações e permutas de imóveis efetivadas pela Diretoria no período, e, b) outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro, 12/02/2026. Antonio Barboza Vilhena - Diretor Presidente.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.125/2025

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.125/2025 no dia 04/03/2026 às 11h00min.
- Objeto: Aquisição de **Materiais de Expedientes** (COPO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ PCT COM 100, COPO DESCARTÁVEL PARA AGUA 180 ML, DISCO COMPACTO CD ROM 700MB 80MIN. GRAVAVEL CDR, DISCO COMPACTO DVD ROM 4,7 GB GRAVAVEL DVDR , ETC...) Processo nº. 33409.008694/2025-56. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

V2I ENERGIA S.A.
CNPJ nº 34.395.916/0001-00 - NIRE 33.3.0033239-1
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: no dia 20 de dezembro de 2025, às 14:00h, na sede da V2I Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro Registro de Presença de Acionistas. **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação dos editais de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4º do art. 124, da Lei 6.404/76. **4. MESA:** Presidente - Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca, Secretário - Sr. Bruno Miguel Sieiro Ferreira. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a aprovação da distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$ 12.068.268,87 (doze milhões, sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos a serem pagos ao acionista até o dia 31/12/2025. **6. DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas constantes na ordem do dia e o balanço patrimonial da Companhia, o acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia e sem quaisquer restrições, aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$ 12.068.268,87 (doze milhões, sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos), a serem pagos até o dia 31/12/2025. Findas as deliberações, fica a Administração da Companhia autorizada a praticar e adotar todos os atos providências e medidas necessárias à formalização das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários pertinentes. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. **8. ASSINATURAS:** Mesa: Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Presidente) e Bruno Miguel Sieiro Ferreira (Secretário). Acionista: Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, neste ato representado por sua gestora, Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Presidente da Mesa, Bruno Miguel Sieiro Ferreira - Secretário.** JUCERJA: Certifico o arquivamento em 12/02/2026 sob o nº 00007592388, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CLÁUDIO CASTRO

TSE vai retomar julgamento que pode cassar governador

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Antônio Carlos Ferreira devolveu ao plenário as ações que podem levar à cassação do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL). A movimentação foi registrada na terça-feira passada, após pedido de vista apresentado pelo magistrado em novembro do ano passado.

O processo reúne dois recursos do Ministério Público Eleitoral (MPE) que apontam suposto abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022. Segundo as acusações, a Fundação Ceperj (Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) teriam sido utilizadas para a contra-

tação de cabos eleitorais com recursos do governo estadual durante a campanha.

Também são alvos o presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), Rodrigo Bacellar (União Brasil-RJ), e o ex-vice-governador Thiago Pampolha (MDB), que deixou o cargo para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ). Em caso de condenação, os envolvidos podem perder os mandatos e ficar inelegíveis por oito anos.

O julgamento foi suspenso após o voto da relatora, ministra Isabel Gallotti, que se manifestou pela cassação de Castro por abuso de poder político e econômico. Com a devolução da vista, caberá à presidência do TSE pautar a retomada da análise.

As ações tiveram origem em investigações eleitorais apresenta-

das pela coligação que apoiou Marcelo Freixo (PT-RJ) e pelo MPE. Freixo foi adversário de Castro na disputa de 2022 e atualmente preside a Embratur.

De acordo com o Ministério Público, cerca de 45 mil contratações temporárias foram autorizadas no período eleitoral, sendo 27 mil na Ceperj e 18 mil na Uerj. Relatórios citados nas ações mencionam pagamentos em espécie e saques que somariam aproximadamente R\$ 248 milhões. Para o órgão, o modelo teria sido usado para empregar apoiadores e influenciar o pleito.

Em 2024, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE-RJ) absolveu os acusados por 4 votos a 3, ao entender que não houve comprovação de finalidade eleitoral nas contratações. O MPE recorreu ao TSE, alegando que a decisão igno-

rou indícios relevantes.

A defesa de Castro sustenta que os programas tinham finalidade legítima e foram executados dentro da legalidade, sem vínculo com a campanha eleitoral. Argumenta ainda que o modelo de execução antecede o período eleitoral e que o TRE já reconheceu a ausência de provas de abuso.

Se houver cassação, o governo do Estado será assumido interinamente pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio, o desembargador Ricardo Couto de Castro, até a definição do formato da sucessão. Se a perda do mandato ocorrer a menos de seis meses do fim do governo, a escolha do sucessor será indireta, pela Assembleia Legislativa; caso contrário, haverá eleição direta.

Lei regula eleição indireta em caso de dupla vacância

ESPECIAL

Ecosociobio: quando a conservação vira motor econômico para comunidades tradicionais



PEXELS

POR BÁRBARA SOUZA

Batizado de ECOSociobio, o novo programa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) redesenha a relação entre meio ambiente e economia local das unidades de conservação federais. Instituído recentemente, a iniciativa tem como objetivo principal incentivar economias sustentáveis baseadas na diversidade socioambiental das comunidades tradicionais que vivem dentro ou no entorno dessas áreas protegidas no Brasil.

A proposta de ECOSociobio surge em um contexto em que se busca superar a tradicional dicotomia entre preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. Historicamente, Unidades de Conservação no Brasil foram concebidas para proteger biomas e ecossistemas únicos, como Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, mantendo intactos serviços essenciais para a sociedade – desde a regulação climática até o abastecimento de água e solo fértil. No entanto, muitos desses territórios abrigam populações tradicionais que, por séculos, desenvolveram formas de uso sustentável da biodiversidade. O ECOSociobio parte desse reconhecimento e aposta em modelos que aliam conservação e geração de renda.

O cerne dessa iniciativa é fortalecer o que especialistas chamam de economias da sociobiodiversidade, que são atividades econômicas que aproveitam a diversidade biológica de forma sustentável ao mesmo tempo que valorizam conhecimentos tradicionais, práticas culturais e formas coletivas de organização. Isso pode significar apoio a cadeias produtivas como extrativismo sustentável, pesca artesanal, manejo florestal comunitário, turismo de base comunitária e produção de alimentos e artesanato ligados à biodiversidade local.

Diferentemente de programas que se contentam com discursos, o ECOSociobio prevê linhas de ação estratégicas que vão

desde o fortalecimento de empreendimentos comunitários até a facilitação do acesso a mercados com condições justas e políticas públicas específicas. Entre os objetivos definidos, estão a geração de renda e segurança alimentar, a valorização cultural e a promoção de infraestrutura para escoar a produção, desafios históricos em áreas de difícil acesso e com pouca presença de mercados formais.

Para além de gerar impacto local, a iniciativa se insere em um debate mais amplo sobre o papel da bioeconomia no desenvolvimento sustentável. No Brasil, a bioeconomia é entendida como um modelo que usa recursos biológicos renováveis para produzir bens e serviços, gerando emprego, renda e inovação tecnológica sem comprometer a conservação dos ecossistemas.

Programas como a Estratégia Nacional de Bioeconomia, lançada em anos anteriores, já integravam diretrizes para unir sustentabilidade e crescimento econômico.

Há também experiência prática que demonstra o potencial de iniciativas semelhantes. O projeto Sustenta.Bio, parceria entre ICMBio e o Fundo Vale para fortalecer cadeias da sociobiodiversidade na Amazônia, mobilizou recursos da ordem de R\$ 24 milhões, beneficiando milhares de pessoas e famílias em unidades de conservação com apoio técnico, qualificação e abertura de mercados para produtos como açaí, castanha e pirarucu. Esse tipo de ação mostra que, quando bem estruturadas, políticas públicas podem entrar em sinergia com investimentos privados e sociais para criar modelos de desenvolvimento inclusivos.

A chave para a união dos dois mundos, com sucesso, está justamente na valorização das comunidades locais como protagonistas desse processo. Ao reconhecer e incorporar saberes tradicionais, o programa ECOSociobio busca não apenas preservar a biodiversidade, mas também assegurar que os benefícios socioeconômicos gerados por esse patrimônio sejam distribuídos de forma mais justa e ampla, diminuindo desigualdades e reforçando a presença das populações que historicamente mantêm os ecossistemas em equilíbrio.

Mas o caminho ainda é desafiador. A efetividade do ECOSociobio dependerá da capacidade de implementação concreta das propostas, envolvimento das comunidades, disponibilidade de recursos e da articulação entre diferentes esferas de governo e setores da sociedade civil. Há consenso entre pesquisadores e gestores de que programas ambientais mais eficazes são aqueles integrados a estratégias de desenvolvimento inclusivas, que consideram os aspectos sociais, culturais e econômicos como partes indissociáveis da conservação ambiental.

ELEIÇÕES 2026

Paes deixa Prefeitura em 20 de março para concorrer ao governo

JULIANA GARÇON/AE

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), avisou que renunciará ao cargo no dia 20 de março, entrando oficialmente na campanha pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. O anúncio foi feito ontem, na sede estadual do MDB, no centro do Rio. Na ocasião, foram formalizadas a aliança - no estado - do PSD com o MDB e a emedebista Jane Reis na vaga de vice de Paes.

Advogada, evangélica e cidadã de Duque de Caxias - segundo maior colégio eleitoral do Estado -, Jane Reis é irmã de Washington Reis, presidente do MDB fluminense e ex-prefeito de Duque de Caxias. "Começo agradecendo a Deus, porque é uma grande missão. Deus está no comando. Eu, como evangélica, coloco Deus sempre em primeiro lugar", afirmou Jane Reis. "Esse nosso projeto é o maior e melhor projeto político do Estado do Rio de Janeiro. Venho com toda a garra da Baixada Fluminense."

O MDB no Rio de Janeiro assegura o palanque do presidente Luiz Inácio Lula da Silva junto ao eleitorado fluminense. Contudo, no cenário nacional, o PSD está alinhado ao bolsonarismo.

Mas isso não constitui um problema, na visão do presidente nacional do MDB, Baleia Rossi. Ele frisou que o partido ainda vai realizar sua convenção. "E o MDB tem tradição de respeitar as alianças estaduais. É uma união no Rio de Janeiro. É uma união de centro."

Paes, por sua vez, disse que o Rio de Janeiro é o seu "país" - e também de Jane Reis. "Já declarei meu apoio ao presidente Lula, isso não se discute. O que nos une aqui é o Rio de Janeiro. Eventualmente, há opiniões diferentes sobre quem é o candidato a presidente da República, isso é para outro dia".

O prefeito disse ainda que comunicou diretamente a Lula a aliança com Reis, durante inauguração de um hospital em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro, no último domingo, 15. "O presidente Lula foi comunicado por mim no último domingo dessa aliança com o prefeito Washington Reis, que ele respeita imensamente e por quem tem muito carinho. O presidente Lula apoiou integralmente essa aliança."

Durante o evento e na entrevista coletiva que se seguiu, Eduardo Paes teceu críticas ao atual governador, Claudio Castro, e seu grupo. "Chegou a hora de acabar com essa coisa de o Estado servindo a interesses de grupelhos e interesses pessoais, chegou a hora de devolver o funcionamento do Estado à população, para que se tenha mais segurança pública, para que a convivência, a cumplicidade do governo atual com o crime, com a tomada de territórios, possa se encerrar", declarou. "Para ter os municípios voltando a ter repasses da saúde."

Em outro momento, afirmou: "aos delinquentes e marginais do Estado: saibam que a cumplicidade que o Estado tem hoje com vocês vai acabar a partir de janeiro de 2027".

De acordo com Paes, a aliança PSD-MDB resultará no que o Estado mais precisa: "capacidade de entregar". "Aqui tem um grupo de pessoas do PSD e do MDB, nesta aliança, que pode devolver a confiança ao cidadão".

Sobre a parceira de chapa, Eduardo Paes disse: "Lógico que tem um monte de recados: uma mulher - o Estado precisa de mais mulheres -, evangélica, mãe, cidadã da Baixada Fluminense, região do Estado com tanto abandono, precisando de tanta coisa, com o Estado, como ente federativo, ainda muito ausente. Tem vários sinais além de uma aliança política com um partido com as dimensões do MDB".

Também estiveram presentes no evento Jader Filho, ministro das Cidades; Eduardo Cavaliere, vice-prefeito do Rio; e o ex-ministro Moreira Franco; entre outros. O presidente do PSD, Gilberto Kassab, que está na Alemanha, enviou uma mensagem por vídeo.

Até recentemente, o próprio Washington Reis era o favorito do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para a disputa pelo Palácio Guanabara. Mas Reis teve uma condenação por crime ambiental - que ele vem tentando reverter no Supremo Tribunal Federal (STF). Sem sucesso, se reuniu com Paes no fim de semana e fechou a aliança com o nome da irmã. "Eu nunca quis ser (só) governador, queria ser o governador que fizesse o maior governo da história. Com o Eduardo sendo governador e a Jane de vice, estou muito mais feliz", declarou.

ESTUDO

Quatro em cada dez mortes por câncer no Brasil são evitáveis

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Um estudo internacional sobre mortes por câncer no mundo estima que 43,2% dos óbitos provocados pela doença no Brasil poderiam ser evitados com medidas de prevenção, diagnóstico precoce e melhor acesso ao tratamento.

A pesquisa estima que, dos casos de câncer diagnosticados no país em 2022, cerca de 253,2 mil devem resultar em morte até cinco anos após a detecção. Dessas, 109,4 mil poderiam ser evitadas.

O estudo *Mortes evitáveis por meio da prevenção primária, detecção precoce e tratamento curativo do câncer no mundo* faz parte da edição de março da revista científica *The Lancet*, uma das publicações médicas mais conceituadas internacionalmente. O artigo está disponível na internet.

O trabalho é assinado por 12

autores, oito deles vinculados à Agência Internacional para Pesquisa em Câncer (Iarc, na sigla em inglês), ligada à Organização Mundial da Saúde (OMS) e sediada em Lyon, na França.

Os pesquisadores dividem as quase 110 mil mortes por câncer evitáveis no Brasil em dois grupos: 65,2 mil são preveníveis, ou seja, a doença poderia nem ter ocorrido, e as outras 44,2 mil são classificadas como evitáveis por diagnóstico precoce e acesso adequado a tratamento.

MUNDO

O levantamento apresenta um olhar global sobre mortes por câncer. O estudo apurou informações sobre 35 tipos de câncer em 185 países.

Em termos mundiais, o percentual de óbitos evitáveis é de 47,6%. Isso representa que, dos 9,4 milhões de mortes causadas pela doença, quase 4,5 milhões poderiam não ter acontecido.

QUASE ACIDENTE

Aeronave pousa em Guarulhos segundos antes de outro avião

CAIO POSSATI/ADRIANA VICTORINO/AE

Dois aviões, um que estava pousando e outro, mais à frente, que estava decolando, dividiram a mesma pista por alguns segundos na madrugada da última quarta-feira, no Aeroporto Internacional de Guarulhos.

A manobra foi registrada em vídeo e divulgada pelo canal Aviação Guarulhos JPD no YouTube.

Nas imagens, é possível perceber a aproximação do Boeing 747 em relação ao aeroporto. Enquanto o avião se prepara para tocar a pista, o Boeing 777 começa a se preparar para a sua decolagem, que acontece segundos depois.

Não é possível precisar a distância de um avião ao outro na pista, mas não foram necessárias manobras de desvios.

Por meio de nota, a companhia aérea Latam informou que o voo LA8084, com destino a Londres, tinha sido autorizado pela torre de controle local e "decolou normalmente, obedecendo a separação mínima determinada para pousos e decolagens no Aeroporto de Guarulhos".

A companhia destacou que a segurança dos passageiros e dos funcionários da empresa é prioridade durante as operações.

A Nav Brasil, empresa responsável pela torre de controle do aeroporto e também pelo monitoramento dos voos no local, foi questionada, mas não deu retorno até a publicação da reportagem. O texto será atualizado caso a empresa se manifeste.

Desvio por conta da presença de aeronave na pista.

No último dia 4, também no Aeroporto Internacional de Guarulhos, um Boeing 787-9 Dreamliner da United Airlines precisou fazer um desvio durante o pouso por conta da presença de outra aeronave de menor porte, um jato particular, na mesma pista.

O desvio foi registrado em vídeo por um morador da região e publicado nas redes sociais.

Na ocasião, a Nav Brasil informou que a manobra ocorreu dentro dos protocolos operacionais e que não houve intercorrências. "A operação foi conduzida dentro dos parâmetros técnicos e regulamentares estabelecidos", informou.

INSS

CPMI antecipa depoimento de Vorcaro para segunda-feira

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O depoimento do empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, foi antecipado para a próxima segunda-feira, às 16h, no Senado. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), senador Carlos Viana (Podemos-MG) (**foto**).

O colegiado pretende ouvir o banqueiro sobre contratos de empréstimos consignados do Banco Master que teriam sido suspensos pelo INSS por falta de comprovação da anuência dos aposentados.

Segundo Viana, o depoimento de Vorcaro, inicialmente previsto para a próxima quinta-feira (26), foi remarcado com o objetivo de garantir prioridade aos trabalhos da CPMI. Ainda de acordo com o senador, os trabalhos da CPMI seguirão com "firmeza, responsabilidade e celeridade, colocando a verdade acima de qualquer disputa política e a justiça acima de qualquer interesse circunstancial".

No último dia 5, a CPMI ouviu o depoimento do presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior,



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

que explicou porque a instituição decidiu não renovar o contrato do Banco Master com o INSS para empréstimos consignados. Dos 324 mil contratos de crédito com aposentados, 251 mil não possuíam os documentos exigidos.

"Verificando a quantidade de reclamação dos nossos segurados, entendemos por bem não

renovar o acordo de cooperação técnica em 18 de setembro, muito antes de liquidação de Master", disse.

O presidente do INSS acrescentou que pediu aos representantes do Banco Master para ver os contratos de empréstimos consignados que não haviam sido protocolados no sistema pelo banco.

"Quando mostrou esses contratos, não tinha os elementos mínimos pra gente fazer o controle: não tinha o valor emprestado, taxa de juro, custo efetivo. E pior: a assinatura, que era uma assinatura eletrônica do nosso segurado, não era acompanhada do QR code, aquilo com que você consegue certificar que a assinatura era daquela pessoa.

DISPUTA AO SENADO

Líder do União-PP ameaça não apoiar PL ao governo de SC

LEVY TELES/AE

O deputado federal Fábio Schiochet (União-SC), coordenador da federação União Progressista, que junta o PP e o União Brasil, disse que caso o PL apoie a candidatura de Caroline de Toni (PL-SC) e de Carlos Bolsonaro (PL) ao Senado nas eleições deste ano, a federação deixará de apoiar a candidatura de Jorginho Mello (PL) à reeleição em Santa Catarina.

"Como coordenador da federação em SC não iremos admitir disputar três candidaturas para duas vagas, sendo assim for a vontade do governador nosso caminho será de João Rodrigues, do PSD", diz o parlamentar.

A decisão do vereador do Rio em lançar candidatura ao Senado em Santa Catarina, anunciada no segundo semestre do ano passado, já causou problemas desde então.

Isso porque os presidentes do PL, Valdemar Costa Neto, e do PP, Ciro Nogueira, têm acordo que passava por uma chapa com dois nomes na disputa - inicialmente esses postulantes seriam a deputada Caroline de Toni e o já senador Esperidião Amin (PP-SC)

Vendo que poderia ter o apoio do partido rifado, De Toni conduz tratativas para migrar ao Novo.

Como mostrou o Grupo Estado, Caroline afirmou ter ouvido do presidente nacional do PL que não haveria espaço para sua candidatura ao Senado após a confirmação de Carlos na disputa por Santa Catarina.

Amin já afirmou que ninguém pode barrar sua candidatura, mas reconheceu que não há espaço para uma chapa com três postulantes ao Senado no mesmo campo político. Ao falar da candidatura, ele lembra que é amigo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) há 34 anos.

Interlocutores de Bolsonaro, porém, dizem que ele sinaliza apoio à candidatura de Carlos e De Toni ao Senado - o que poderia deixar a federação do PP com o União de fora.

Articuladores da federação trabalham com a hipótese, desde ao ano passado, que Jorginho Mello precisa ter apoio das duas legendas para assegurar a reeleição neste ano.

Para eles, Jorginho apenas venceria com o apoio do União Progressista e se deixaria o PSD isolado.

Dentro da federação, os ataques de aliados de Carlos a parlamentares de Santa Catarina e ao próprio Estado poderiam aumentar a rejeição a Carlos Bolsonaro e levá-lo a um surpreendente revés para a família.

DEPOIMENTOS

Senado oferece ajuda da Polícia Legislativa para segurança de Vorcaro

NAOMI MATSUI E LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Senado ofereceu a Polícia Legislativa para complementar a segurança do dono do Master, Daniel Vorcaro, durante a ida dele à Casa na próxima semana.

Vorcaro irá ao Senado em dois dias. Na segunda-feira, às 16h, ele falará à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que apura fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No dia seguinte, 25, irá à Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE) para prestar depoimento ao grupo de trabalho que supervisiona as investigações do caso Master.

Em documento enviado ao Supremo Tribunal Federal, a Advocacia-Geral do Senado pede que a Corte defina como será feita a escolta do banqueiro e oferece a colaboração de policiais legislativos: "Requer-se a definição das condições de sua permanência nas dependências do Congresso Nacional pelo período estritamente necessário à realização do ato, asse-

gurando-se a responsabilidade da autoridade policial competente pela custódia, admitida, se assim entender Vossa Excelência, a cooperação da Polícia do Senado Federal para fins de segurança institucional interna".

No mesmo documento, o Senado também deixou claro que o transporte de Vorcaro seja custeado pelo próprio banqueiro, que está em prisão domiciliar em São Paulo. Segundo apurou o *Broadcast Político*, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o

STF não havia enviado instruções ao Senado até ontem.

O escritório do Senado foi enviado a pedido da CAE, presidida pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL). Na semana passada, Renan afirmou que o depoimento de Vorcaro era uma prioridade: "Para que os trabalhos da comissão sejam produtivos, defendi isso publicamente, acho que deveríamos começar as fases de depoimento ouvindo o Vorcaro", disse. Segundo o senador, Vorcaro confirmou presença na sessão da CAE.

CORRETORA

Celular em esgoto ajudou polícia a esclarecer morte

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Polícia Civil de Goiás divulgou ontem um vídeo que mostra o momento em que a corretora de imóveis Daiane Alves Souza, de 43 anos, foi atacada pelo síndico Cléber Rosa de Oliveira no subsolo do condomínio onde morava em Caldas Novas (GO). Ela foi morta com dois tiros na cabeça, segundo a polícia.

O vídeo foi gravado por Daiane. A gravação foi recuperada do celular da vítima, que ficou 41 dias em uma caixa de esgoto do prédio. O aparelho foi recuperado no dia 30 de janeiro durante uma perícia no local.

Os advogados de Maicon Douglas de Oliveira, filho de Cléber, que teve o envolvimento na morte de Daiane descartado, dizem que as provas demonstram que Maicon não participou do fato e que o arquivamento das suspeitas em relação ao seu cliente era esperado.

No vídeo divulgado pela polícia, Daiane aparece descendo o elevador do prédio para checar, no subsolo, se o disjuntor do apartamento 402 estava desligado, verificando uma queda de energia. "Cheguei na recepção. A Equatorial (empresa de abastecimento de energia) não veio cortar, claro, porque está pago. Ago-

ra, eu vou descer para ver se o disjuntor está desligado. Vou até o disjuntor do 402 e a gente vai filmar", diz a corretora nas imagens.

Ela confere alguns disjuntores e chega a dizer que o síndico estava no subsolo no momento da gravação. "Vamos ver se essa brincadeira está continuando. O síndico está aqui embaixo, isso eu sei", diz. Pouco depois de encontrar o quadro de energia do apartamento 402, ela vira para o lado e é surpreendida pelo síndico.

O delegado João Paulo Ferreira Mendes detalhou a dinâmica do crime e afirma que as imagens e informações colhidas na investigação mostram que o assassinato foi premeditado.

"No início já dá para ver que ele (o síndico) aguardava a Daiane no subsolo. Ele já estava com a luva nas mãos, o carro posicionado ao lado do almoxarifado", diz. "Tratou-se, de fato, de um homicídio premeditado, uma emboscada deliberada, no qual ele desligou o painel de energia para que ela descesse ao subsolo. Então, a incapacitou, retirou do local e a executou com dois disparos de arma de fogo", explica o delegado.

De acordo com o superintendente da Polícia Científica de Goiás, Ricardo Matos, o síndico usou uma pistola .380 semiauto-

mática para executar Daiane. Uma das balas ficou alojada na cabeça e a outra saiu pelo olho esquerdo da vítima.

O síndico, que já estava preso, foi quem indicou à polícia o local em que o corpo foi encontrado. Cléber Rosa de Oliveira e seu filho, Maicon Douglas de Oliveira, foram presos em janeiro deste ano sob a suspeita de terem matado a mulher. À época, o advogado dos dois suspeitos disse aguardar acesso integral ao inquérito policial, à representação da autoridade policial e à decisão judicial para avaliar as próximas medidas.

Mais tarde, a polícia descartou o envolvimento de Maicon Douglas no crime. Em nota, os advogados Luiz Fernando Izidoro Monteiro e Silva e Daniel Gonçalves Santos Lima, que representam o filho do síndico, declaram que "o arquivamento das suspeitas, embora fosse a única resposta juridicamente aceitável e já esperada por esta defesa, impõe à sociedade uma reflexão inadiável: o Estado Democrático de Direito não tolera pré-julgamentos, tampouco execução pública promovida pelos 'tribunais da internet'".

"O princípio constitucional da presunção de inocência deve ser a regra, e não a exceção", defendem os advogados.

PECULATO-FURTO

STM condena militares por desvio de 36 caixas de carnes

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

O Superior Tribunal Militar (STM), em julgamento realizado ontem decidiu rejeitar as apelações criminais das defesas de um aspirante da Infantaria do Exército, Júlio César Ferreira dos Santos, e de um cabo, Rian da Silva Serafim, condenados, respectivamente, a cinco anos e quatro meses de reclusão e a três anos de reclusão pelo crime de peculato-furto. Segundo denúncia do Ministério Público Militar, o aspirante e o cabo, à época integrantes do 1º Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola), furtaram gêneros alimentícios, entre picanha e contrafilé, pertencentes ao quartel, avaliados em R\$ 22.328,82. Nos autos de apelação, os defensores do aspirante e do cabo do Exército alegaram ao STM "insuficiência de provas" e nulidade do processo pela não oferta de Acordo de Não Persecução Penal.

A decisão dos ministros confirmou, integralmente, a sentença do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), sediada no Rio.

Nota

RECEITA DEMITE AUDITOR SUSPEITO DE ACESSAR DADOS DE PARENTE DE GILMAR MENDES

A Receita Federal demitiu de um cargo de chefia o auditor fiscal Ricardo Mansano após ele ter se tornado alvo de uma investigação por suspeita de ter acesso indevidamente os dados fiscais de uma ex-enteada do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes. A exoneração foi publicada no Diário Oficial desta quinta-feira, 19. Ele exercia a função de substituto eventual do chefe da equipe de gestão do crédito tributário e do direito creditório da Delegacia da Receita em Presidente Prudente (SP). Mansano foi um dos quatro alvos de uma operação determinada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, para apurar supostos acessos indevidos a dados fiscais de ministros da Corte e seus familiares. Como mostrou o Estadão, ele chegou a admitir aos investigadores que acessou os dados por "acidente" ao acreditar se tratar de uma outra pessoa. Ele foi alvo de busca e apreensão determinada por Moraes e submetido ao uso de tornozeleira eletrônica, além de ter sido afastado de suas funções.

ACIMA DO TETO

Dino proíbe novas leis que garantam ‘penduricalhos’

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Em uma decisão complementar proferida ontem, o ministro Flávio Dino (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu a publicação e a aplicação de novas leis sobre o pagamento a servidores públicos de parcelas remuneratórios e indenizatórias que ultrapassem o Teto Constitucional, os chamados “penduricalhos”.

“Essa determinação vale inclusive para a edição de novos atos normativos pelos Poderes ou órgãos constitucionalmente autônomos”, destacou o ministro.

Segundo ele, a decisão visa a “esclarecer e complementar” a decisão liminar do último dia 5, quando o ministro determinou a suspensão de pagamentos realizados sem previsão legal expressa.

A decisão estende o bloqueio dos pagamentos também ao reconhecimento de supostos direitos retroativos que não eram pagos até a data da liminar original. E mantém o prazo de 60 dias para “todos os órgãos publicarem as verbas remuneratórias e indenizatórias que despendem, com a indicação específica das leis que as fundamentam”, ou da norma que as legitimam, no caso de ato infralegal.

A medida se aplica a instituições federais, estaduais e municipais que, na prática, deverão publicar e dar publicidade à folha de pagamento detalhada de seus servidores. Na liminar do



JOSE CRUZ/ABRASIL

último dia 5, Dino já tinha destacado que, “para quem manuseia dinheiro público”, “não bastam expressões genéricas como: “direitos eventuais”; “direitos pessoais”; “indenizações”; “remuneração paradigma”, entre outras constantes de Portais de Transparência”, que devem ser substituídas por indicações precisas que permitam o controle sobre os gastos públicos.

TETO CONSTITUCIONAL

A determinação ocorre no âmbito de uma ação que contesta o pagamento de verbas a

agentes públicos que elevam os vencimentos mensais a patamares superiores ao teto máximo do funcionalismo, atualmente de R\$ R\$ 46.366,19 (valor que corresponde ao subsídio pago aos ministros do STF).

Em sua mais recente manifestação, tornada pública esta manhã, Dino e sua assessoria reproduzem argumentos jurídicos segundo os quais a ausência de uma lei nacional sobre o tema, conforme exigido pela Emenda Constitucional nº 135/2024, impede que órgãos e poderes autônomos criem grati-

ficações ou indenizações por conta própria.

O caso agora segue para o referendo do Plenário do STF, que deve apreciar a questão no próximo dia 25, quando já estava agendada a votação da liminar inicial.

“No tocante aos agravos e embargos interpostos, aguarde-se a apreciação quanto ao referendo da liminar pelo Plenário do STF, quando serão estabelecidos os contornos da tutela liminar antes deferida e agora complementada”, decretou Dino.

ACIDENTES

Carnaval registra 130 mortos e 1,48 mil feridos nas rodovias federais

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

As rodovias federais registraram 130 mortes e 1.481 feridos em meio aos 1.241 acidentes de trânsito durante o feriado de carnaval de 2026, no período de 13 a 18 de fevereiro.

O resultado deste ano superou os números registrados no carnaval de 2025, quando 85 pessoas morreram e 1.433 ficaram feridas nas rodovias federais, com um total de 1.190 sinistros.

De acordo com balanço parcial divulgado ontem pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), mesmo preliminar, os dados estatísticos já configuram que o carnaval deste ano foi mais vio-

lento nas estradas federais do país, desde 2020.

“Os números mostram um aumento de 8,54% nos sinistros de trânsito graves”, destacou a PRF ao informar que a maioria das vítimas estava em automóveis e motocicletas.

“Embora tenha aumentado o esforço de fiscalização para prevenir e evitar sinistros de trânsito, constatamos que alguns dos sinistros mais graves, com múltiplos mortos, ocorreram em locais não classificados como críticos”, informou a instituição.

Ao anunciar, antes do feriado, a operação, a PRF explicou que atuaria de forma “permanente e dobrada” nos trechos

em que costumam ocorrer infrações que costumam resultar em acidentes letais, em especial nos corredores rodoviários que levam aos destinos mais procurados no carnaval, entre eles, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará.

De acordo com a PRF, a operação teve também caráter preventivo, no sentido de informar sobre os riscos de misturar álcool e direção, bem como do excesso de velocidade e das ultrapassagens em áreas proibidas.

Neste ano, a fiscalização abordou 326.548 pessoas e veículos e fez 118.321 testes de al-

coolemia.

“Os números preliminares mostram que 2.400 condutores foram autuados por dirigir sob efeito de álcool ou recusar-se a fazer o teste. Desses casos, 93 motoristas foram detidos por esse motivo”, informou a PRF.

Mais de 55,5 mil imagens de veículos acima do limite de velocidade foram registradas, resultando em 8.177 autos de infração por ultrapassagens proibidas.

Foram também registrados 1.013 autos por transporte de crianças sem cadeirinha; 964 notificações por falta de cinto; e 1.954 por conduzir motocicletas sem capacete.

REDE SOCIAL

X retira postagem de intolerância religiosa após ação da AGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou, ontem, em Brasília, que a rede social X removeu uma postagem com conteúdo de intolerância religiosa contra judeus e muçulmanos.

A postagem foi retirada após a AGU acionar a plataforma extrajudicialmente e comunicar a disseminação de conteúdo ilegal.

A mensagem foi motivada por uma reportagem jornalística que tratava do crime de injúria racial cometido contra uma pessoa muçulmana em Barueri (SP).

LIMITES DE LIBERDADE

O usuário denunciado es-

creveu que "temos de cortar o mal pela raiz, seja judeu ou muçulmano".

Pelo entendimento da AGU, a mensagem extrapolou os limites de liberdade de expressão e não pode servir de salvaguarda para a prática criminosas.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as plataformas que operam as redes sociais devem ser responsabilizadas diretamente pelas postagens ilegais feitas por seus usuários. A responsabilização ocorrerá se as empresas não retirarem do ar o conteúdo ilegal após receberem uma notificação extrajudicial dos envolvidos.

AMOR NA CADEIA

PGR é contra pedido de general para receber visita íntima na prisão

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer contra o pedido do general Mario Fernandes, condenado no processo da trama golpista, para receber visita íntima na prisão.

A manifestação da procuradoria foi solicitada pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, após o Exército informar que o general preenche os requisitos legais para receber o benefício, mas uma regra da Justiça Militar proíbe que visitas desse tipo ocorram nas instalações das Forças Armadas.

IMPEDIMENTO

Segundo Gonet, há um im-

pedimento administrativo que impede o general de receber o benefício.

“Como pontuado pelo Comando Militar do Planalto no Ofício n. 76/CMP, apesar de haver infraestrutura apta para o exercício do direito à visita íntima, há evidente óbice administrativo, o que impede o atendimento ao pleito do réu”, disse o procurador. A decisão final sobre a questão será de Alexandre de Moraes.

O general Mário Fernandes está preso no Comando Militar do Planalto (CMP), em Brasília. Ele foi condenado a 26 anos e seis meses de prisão na ação penal do Núcleo 2 da trama golpista ocorrida durante o governo de Jair Bolsonaro.

FORÇAS ARMADAS

Aeronáutica: governo libera 487 contratações temporárias

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) autorizou a Aeronáutica a contratar, por tempo determinado, até 489 profissionais para atender necessidades temporárias.

A autorização consta na portaria conjunta (MGI/MD nº 7) publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira, assinada pelos ministros da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e da Defesa, José Mucio Monteiro.

VAGAS

As 489 vagas disponíveis contemplam funções técnicas, administrativas e operacionais, incluindo engenheiros, contadores, técnicos de obras civis, operadores de máquinas, motoristas, mecânicos, profissionais da área de segurança do trabalho, piloto flu-

vial, entre outras ocupações, descritas no documento.

Os aprovados no processo seletivo apoiarão projetos e obras de desenvolvimento de infraestrutura aeroportuária executadas pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara).

PROCESSO

A portaria estabelece o prazo de seis meses para publicação do edital de abertura das inscrições, contados a partir da publicação.

O recrutamento será feito por processo seletivo simplificado, mediante análise do currículo profissional.

As despesas com as contratações autorizadas serão de responsabilidade do Comando da Aeronáutica, com disponibilidade de orçamento próprio. A Aeronáutica também definirá a remuneração das pessoas a serem contratadas.

UNANIMIDADE

STF derruba lei que criou Programa Escola Sem Partido no Paraná

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem declarar inconstitucional a lei municipal que criou o Programa Escola Sem Partido no município de Santa Cruz de Monte Castelo, no Paraná.

A lei entrou em vigor em dezembro de 2014 e estabeleceu que as escolas do município devem seguir regras de neutralidade de política, ideológica e religiosa, além de permitir o pluralismo de ideias no ambiente acadêmico.

A ação que motivou o julgamento foi protocolada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Associação Nacional de Juristas Pelos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transvestis, Transexuais, Transgêne-

ros e Intersexuais (Anajudh-LGBTI).

As entidades alegaram que a norma municipal invadiu a competência do Congresso Nacional para estabelecer as diretrizes da educação. Além disso, a perseguição ideológica aos professores também foi citada pelas recorrentes.

Prevaleceu no julgamento o voto do relator, ministro Luiz Fux, que concordou que a lei municipal invadiu prerrogativa da União para legislar sobre matérias que envolvem o tema da educação.

Fux argumentou que as leis educacionais do país fomentam a formação política do estudante e permitem o exercício da cidadania.

"A neutralidade ideológica ou política pretendida por essa lei municipal, ao esterilizar a parti-

cipação social, decorrente do ensino escolar, mostra-se não apenas inconstitucional, mas incompatível como o nosso ordenamento jurídico", afirmou.

CENSURA

Fux também citou que os professores têm direito à liberdade acadêmica e que lei estabeleça a censura aos docentes.

"Ao proibir o docente de introduzir, em disciplina obrigatória, conteúdos que estão em conflito com as convicções morais, religiosas e ideológicas dos estudantes e de seus pais, essa norma estabelece uma censura prévia", afirmou.

O voto do relator foi acompanhado pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e o presidente, Ed-

son Fachin.

Durante o julgamento, Dino acrescentou que a lei poderia inviabilizar o ensino escolar. "Se fosse aplicada a lei, um professor não conseguiria sequer explicar a origem do nome da cidade, porque é Santa Cruz. Se ele fosse dar aula sobre a santa cruz, ele iria romper a neutralidade, porque vai ter que explicar que a cruz é santa ou não é santa", comentou.

A ministra Cármen Lúcia considerou "grave" a aprovação da lei e disse que norma coloca os professores em "situação de medo".

"O medo é o maior instrumento de fragilização de qualquer profissional. Uma lei como essa coloca o professor permanentemente em uma situação de medo de falar alguma coisa", completou.



As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

50 NOVOS VEÍCULOS

Coreia do Norte apresenta novos lançadores nucleares

A Coreia do Norte afirmou ontem, que seu líder, Kim Jong Un, realizou uma cerimônia para apresentar o destacamento de 50 novos veículos de lançamento para mísseis de curto alcance com capacidade nuclear. A cerimônia serviu para exibir suas crescentes capacidades militares, que representam uma ameaça para a rival Coreia do Sul, antes de um importante congresso do partido governista.

Em uma declaração separada, a irmã de Kim, autoridade em política externa, reconheceu o pedido de desculpas de um ministro sul-coreano em relação às supostas incursões de drones civis, mas afirmou que o Norte está reforçando a segurança da fronteira contra o Sul, considerado o "inimigo".

A Coreia do Norte suspendeu praticamente todas as negociações e a cooperação com a Coreia do Sul desde 2019, quando a diplomacia nuclear de Kim Jong-un com o presidente dos EUA, Donald Trump, fracassou devido às sanções lideradas pelos Estados Unidos.

As relações se deterioraram nos últimos anos, à medida que Kim abandonou o antigo objetivo norte-coreano de reunificação pacífica e declarou um sistema hostil de "dois Estados" na península coreana, uma posição que ele pode institucionalizar ainda mais na Constituição do Partido dos Trabalhadores durante o próximo congresso.

Fotos da mídia estatal mostraram fileiras de caminhões lançadores alinhados perto da Casa da Cultura 25 de Abril, local dos congressos do partido em 2016 e 2021.

A Agência Central de Notícias da Coreia (KCNA) afirmou que os veículos dão suporte aos sistemas de lançamento de foguetes multiplicadores de 600 milímetros do país. Especialistas dizem que os foguetes de artilharia da Coreia do Norte confundem a distinção entre sistemas de artilharia e mísseis balísticos de curto alcance, pois podem gerar seu próprio impulso e são guiados durante o lançamento.

Eles fazem parte do crescente arsenal de armas de curto alcance com capacidade nuclear de Kim Jong-un, projetadas para sobrecarregar as defesas antimísseis da Coreia do Sul.

Em um discurso, Kim afirmou que os "maravilhosos" lançadores de foguetes são equipados com inteligência artificial e tecnologias avançadas de orientação, projetadas para realizar uma "missão estratégica", termo que implica em propósito nuclear.

Ele disse que o próximo congresso divulgará novos planos para expandir as capacidades de suas forças armadas nucleares, que já possuem diversos sistemas direcionados a aliados dos EUA na Ásia e mísseis de longo alcance potencialmente capazes de atingir o território continental dos EUA.

CASO EPSTEIN

Polícia prende ex-príncipe Andrew, irmão do rei Charles

GEOVANNA HORA/AE

A polícia britânica usou carros descaracterizados e agentes à paisana para cercar a casa do ex-príncipe Andrew Mountbatten-Windsor, preso ontem, por suspeita de má conduta em cargo público em uma investigação relacionada ao caso Epstein.

Imagens divulgadas pela rede *BBC* mostram o momento em que os policiais chegam à Sandringham House, uma das propriedades da família real e o local onde Andrew residia após perder os títulos por conta das

denúncias.

O rei Charles III, irmão mais velho de Andrew, afirmou, em comunicado enviado a *BBC*, que recebeu as notícias recentes como "profunda preocupação".

"O que se segue agora é o processo completo, justo e adequado pelo qual esta questão será investigada de forma apropriada e pelas autoridades competentes", escreveu o rei. "Deixe-me ser bem claro: a lei deve seguir seu curso."

De acordo com o comentarista policial Danny Shaw, ouvido por uma das rádios da *BBC*, a legislação britânica pre-

vê que um suspeito pode ficar detido por no máximo 96 horas. No entanto, isso exigiria autorizações de policiais de alta patente e de um Tribunal de Magistrados.

O mais comum, segundo a *BBC*, é que os investigados permaneçam presos de 12 a 24 horas - período em que são interrogados. Depois, eles costumam ser liberados enquanto as investigações prosseguem.

QUEM É ANDREW?

Terceiro filho da rainha Elizabeth II, nascido em 19 de fevereiro de 1960, o ex-príncipe é o oitavo na linha de sucessão

ao trono do Reino Unido. Sua biografia é marcada por denúncias abusos sexuais, orgias e maus-tratos a funcionários.

Segundo o jornal *The Guardian*, Andrew é o primeiro membro sênior da família real britânica a ser preso em mais de 300 anos A última prisão ocorreu durante o reinado de Charles I, preso em 1647 durante a Guerra Civil Inglesa por forças alinhadas ao parlamento, incluindo o Novo Exército Modelo. Ele foi detido e posteriormente julgado por alta traição após se recusar a aceitar limites à autoridade real, o que levou à sua execução em 1649.

Virginia Giuffre denunciou Epstein e Andrew; família da vítima comemora prisão

RARIANE COSTA/AE

Virginia Giuffre, uma das vítimas mais conhecidas de Jeffrey Epstein, foi a responsável pela denúncia que acarretou na perda de todos os títulos, patentes militares, honrarias e funções oficiais da coroa britânica do ex-príncipe Andrew Mountbatten-Windsor, preso ontem.

O afastamento da vida pública da coroa britânica aconteceu após a repercussão das acusa-

ções de crimes sexuais expostas por Virginia em 2019.

Segundo ela, os abusos ocorreram em três ocasiões, todas quando tinha 17 anos, e contaram com a intervenção de Epstein, condenado por exploração sexual de menores, com quem Andrew manteve relação próxima por anos. O ex-príncipe sempre negou as acusações.

Em 2021, Virginia abriu um processo civil contra Andrew

nos Estados Unidos, encerrado em fevereiro de 2022 por meio de um acordo financeiro não divulgado, sem que ele admitisse culpa. Ela cometeu suicídio em abril de 2025, aos 41 anos, na Austrália

Ontem a família de Virginia divulgou um comunicado celebrando a prisão do ex-príncipe, afirmando que a decisão reforça que "ninguém está acima da lei - nem mesmo a realeza". A nota também agradeceu à Polícia do

Vale do Tâmisa pelo trabalho na investigação e destacou que o legado de Virginia serve de inspiração para sobreviventes em todo o mundo.

Andrew Mountbatten-Windsor foi preso por suspeita de má conduta em cargo público, segundo a emissora pública *BBC*. Ele é investigado pela Polícia do Vale do Tâmisa após uma denúncia sobre o suposto compartilhamento de material confidencial com Epstein.

PARALISAÇÃO

Greve na Argentina gera cancelamentos de voos e afeta Latam e Gol

ELISA CALMON/AE

A greve geral realizada ontem, na Argentina provocou cancelamentos e alterações em voos no país, afetando a operação da estatal Aerolíneas Argentinas e também rotas da Latam e Gol, segundo informações divulgadas pelas empresas. Sindicatos convocaram uma paralisação de 24 horas para protestar contra a reforma trabalhista proposta pelo presidente Javier Milei, o que impacta serviços em aeroportos.

A Aerolíneas Argentinas informou o cancelamento de 255 voos em sua malha aérea devido à paralisação convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT). A empresa estima impactos para mais de 31 mil passageiros e um prejuízo de cerca de US\$ 3 milhões.

A companhia afirmou ainda que adotou medidas para mitigar os efeitos da greve, incluindo reprogramação de operações, antecipação de voos e ajustes fora do período afetado. Passageiros foram orientados a verificar notificações enviadas por e-mail, além dos canais de autoatendimento disponíveis no aplicativo e no site da empresa.

O Grupo Latam também

conformou, em nota, que precisou alterar sua operação de e para a Argentina diante da greve geral anunciada pela CGT e após notificação formal de adesão dos sindicatos que representam trabalhadores da Intercargo, responsável pelos serviços de rampa nos aeroportos argentinos.

"Diante disso, alguns voos poderão operar com alteração de horário e/ou data, sem necessariamente serem cancelados. Por isso, recomendamos que os passageiros verifiquem o status de seus voos antes de se dirigir ao aeroporto", complementa a aérea

Na mesma linha, a Gol informou que a paralisação inviabilizou operações aeroportuárias nas cidades de Buenos Aires, Córdoba, Mendoza e Rosário nesta quinta-feira, levando ao cancelamento de parte dos voos programados para a data.

Nos dois casos, clientes impactados podem remarcar as viagens sem custos adicionais ou solicitar reembolso.

Azul, por sua vez, informou que atualmente não opera voos regulares para a Argentina. A companhia mantém apenas operações sazonais, entre julho e agosto, para Bariloche e Mendoza.

FRANÇA

Lula recebe convite de Macron para participar de cúpula do G7

GABRIEL HIRABAHASI E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) recebeu um convite do presidente da França, Emmanuel Macron, para participar da cúpula do G7. O encontro será de 15 a 16 de junho em Évian-les-Bains, na França.

Lula e Macron conversaram ontem, na Índia. Os dois participaram da cúpula sobre impacto da inteligência artificial. Segundo nota divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) no início da tarde desta quinta-feira, eles conversaram sobre "cooperação nas áreas de defesa, ciência e tecnologia, e comércio".

"Também conversaram sobre integração transfronteiriça e os esforços conjuntos para combater ao narcotráfico, ao garimpo ilegal e a outras formas de crime transnacional na fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa", disse.

A nota divulgada pela Secom não menciona o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. Macron é o principal crítico do acordo. No fim do ano passado, liderou, ao lado da primeira-ministra da Itália, Giorgia



RICARDO STUCKERT/PR

Meloni, um movimento contra o acordo nos termos propostos.

Apesar das posições opostas em relação ao tema, Lula e Macron mantêm uma relação amistosa desde o início de seu mandato. O francês visitou o Brasil em 2024 e recebeu o petista na França em 2025.

Ainda de acordo com a Se-

com, Lula e Macron "destacaram o intercâmbio comercial recorde de 10,3 bilhões de dólares em 2025, reconhecendo que o resultado ainda permanece aquém do potencial das duas economias".

"Os presidentes Lula e Macron também trataram de temas da agenda global, como paz, se-

gurança e inteligência artificial. Nesse contexto, o presidente Macron convidou o presidente Lula a participar da Cúpula do G7 em Évian, a realizar-se nos próximos dias 15 e 16 de junho", declarou.

O G7 é o fórum formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

VENDA ONLINE

Amazon pode ser processada por suicídios ligados ao nitrato de sódio

JONATHAN STEMPEL/ABRASIL

A Suprema Corte do Estado de Washington decidiu por unanimidade ontem que a Amazon.com pode enfrentar processos judiciais movidos por famílias com parentes que tiraram

suas próprias vidas consumindo nitrato de sódio comprado na plataforma da varejista online.

A Corte rejeitou a decisão de um tribunal inferior de que as famílias não poderiam entrar com ações por negligência sob a lei de responsabilidade pelo

produto do Estado de Washington, porque o suicídio foi a causa principal da morte de seus parentes.

Quatro famílias acusaram a Amazon de promover a venda de nitrato de sódio em seu site, juntamente com outros produ-

tos que poderiam ajudar as pessoas a cometer suicídio.

Elas afirmaram que a varejista sediada em Seattle sabia há anos da relação entre o nitrato de sódio e o suicídio, mas continuou a vender o produto sem restrições.

Nota

TRUMP TENTA REBATER CRÍTICAS DE QUE CONSELHO DE PAZ PODE FUNCIONAR COMO RIVAL DA ONU

O presidente dos EUA, Donald Trump, tentou rebater críticas de que o recém-criado Conselho de Paz pode funcionar como um rival das Nações Unidas, ao afirmar que a iniciativa busca resultados concretos para Gaza e outros conflitos. "Chama-se Conselho de Paz é uma palavra fácil de dizer, mas difícil de produzir: paz", declarou na abertura do encontro inaugural, em Washington. Trump anunciou que nove países - Casaquistão, Azerbaijão, Emirados Árabes Unidos, Marrocos, Bahrein, Catar, Arábia Saudita, Usbequistão e Kuwait - prometeram US\$ 7 bilhões para um pacote de ajuda a Gaza. O valor supera os US\$ 5 bilhões mencionados antes da reunião, mas ainda representa fração dos cerca de US\$ 70 bilhões.